

# UNIVERSIDADE DE VERÃO

UNIVERSIDADE DO PORTO

CONFERÊNCIAS **2/2010**

Aires A. Nascimento

O LIVRO MANUSCRITO: UM MUNDO EM ABERTO  
(EM JEITO DE TESTEMUNHO E DE BALANÇO)

Módulo:

**TEXTUS. AS FONTES MANUSCRITAS MEDIEVAIS E DO INÍCIO DA IDADE MODERNA**

Coordenador: José Meirinhos

## FICHA TÉCNICA

**Título** O livro manuscrito: um mundo em aberto (em jeito de testemunho e de balanço)

**Autor** Aires A. Nascimento

Colecção Conferências da U.Verão: Módulo de **Textus. As fontes manuscritas medievais e do início da idade moderna** N.º 2, Coordenação de José Meirinhos

1.ª Edição, Porto, Outubro de 2010

© Universidade do Porto

**Endereço** Praça Gomes Teixeira, 4099-002 Porto

**http://www.up.pt** -> Estudar na U.Porto -> U.Verão

**Design** Carla Ferreira

**e-ISBN** 978-989-8265-43-2

Aires A. Nascimento  
Academia das Ciências de Lisboa  
Centro de Estudos Clássicos da FLL

### O LIVRO MANUSCRITO: UM MUNDO EM ABERTO (EM JEITO DE TESTEMUNHO E DE BALANÇO)

**1. O códice e o texto: o livro com duas faces, um instrumento operativo.** Pediram-me para expor a minha experiência como editor de texto e investigador de manuscritos e da tradição textual. Acedo a isso com alguma relutância, pois nunca um editor está certo de ter percebido os mecanismos da transmissão e de poder responder a todas as dúvidas da história de um texto. Dito assim, pode parecer evasiva a minha resposta, mas não podemos ir além daquilo que nos oferecem os testemunhos e o juízo de pertinência que sobre eles formamos.

Tornou-se frequente convocar amigos para ouvirem falar do “livro da minha vida” ou do “livro que ando a ler”. Sinto-me interpelado como leitor e como autor – porque nesta dupla condição me apresento, pois, na tarde da vida há que ler o que demos a ler aos outros, antes de chegar perante o Livro da Vida...

Verifico que a ficção ocupa lugar primordial nos convites que me têm chegado para ouvir os outros falar dessa situação; compreende-se porquê: já o antigo gramático Varrão explorou o sentido de *finigo* como a capacidade de dar expressão material ao que se concebe como estrutura mental – *factor cum dicit “finigo” figuram imponit* (o artesão quando diz que acabou o trabalho é quando fixou a forma, Var. LL, 6, 78). A ficção supõe um mundo estruturado para formar sentido: como tal tem de ser acabado e por isso mesmo induz a procurar o sentido que subjaz à sua estrutura. Por outra parte, os textos cativam enquanto interpelam; tanto mais o fazem quanto mais erguem sonhos, partem de sonhos e deixam sonhar; nesse sonho embalam-se solidariedades que disfarçam medos ou levam a partilhar alegrias e memórias, na viagem da vida. Os livros de ciência não deviam ser menos cativantes, pois destinam-se a entender o mundo e a proporcionar construir nele o lugar que ninguém mais pode desenhar em resposta à utopia com que sempre sonhamos. As velhas sebatas escolares

estarão alguma vez entre os preferidos: para muitos constituíram uma iniciação decisiva e definitiva a mundos que nunca mais se esqueceram<sup>1</sup>.

Não me foi lançado o desafio de responder pelo “livro da minha vida” nem alguém me perguntou pelos “livros que ando a ler” (ou finjo ler – pois muitos falam dos livros que nunca leram<sup>2</sup>). No entanto, se, em coerência com trabalho em que terei lançado alguma coisa a crédito (ao menos para alguns que aceitaram partilhar a minha investigação e com os quais terei contraído algumas obrigações e por isso aqui me chamaram), se, digo, tivesse de escolher um livro para dele falar, a minha escolha iria obrigatoriamente para aquele que ainda não tenho terminado (nem sei quando isso acontecerá), mas que iniciei por dever de ofício e cuja entrega neguei, vezes seguidas, a muitos dos que mo pediram, depois de sucessivas sessões de seminários de Codicologia em que me propus constituir uma iniciação ao livro manuscrito – domínio novo e inteiramente desconhecido para muitos dos que se inscreviam nesse Seminário dos cursos de pós-graduação, desde 1983.

Confesso que cheguei mesmo a futurar um título (“Quando o livro era manuscrito”) para me convencer a mim próprio de que estava prestes a chegar à fase definitiva de redacção, depois de ter trabalhado convictamente no estudo do livro manuscrito (aqui o artigo “o” é de espécie e não de indivíduo – opõe-se a “um” que, de si, é distintivo de “dois”). Se não acabei ainda a aventura é certamente porque, como acertadamente avisou Óscar Wilde, andamos permanentemente em busca da Utopia, mas, quando lá chegamos e ousamos assumir à janela, imediatamente nos pomos de novo a caminho. Apesar de tudo, como esse mesmo escritor comentava, o único mapa que vale a pena colocar na bagagem de aventura é justamente aquele em que estiver a Ilha da Utopia. Assim ando eu e por isso respondo em actos continuados de descoberta do livro manuscrito, a que procurei associar outros – fazendo de conta que o desafio maior é aquele em que temos de reconstituir um fragmento, na sua dimensão material e na sua verificação de texto.

<sup>1</sup>No mundo da ciência da linguagem, o *Cours de Linguistique Générale* de Ferdinand de Saussure, publicado após a sua morte, corresponde às lições guardadas por Albert Riedlinger e dadas a público por dois colegas seus, os linguistas Charles Bally e Albert Sechehaye. Na Faculdade de Letras de Lisboa, a que pertenco, fez história a sebenta de Cultura Clássica que o P.e Manuel Antunes constituiu, a partir de 1958, e acabou por ser livro de referência para milhares de alunos que aprenderam por ela a perceber o mundo da Antiguidade Clássica e da sua tradição.

<sup>2</sup>Pierre Bayard, *Comment parler des livres que l'on n'a pas lus?*, Paris, Minuit, 2007.



Ser-me-ia relativamente fácil encontrar modo de redigir um compêndio formal de **Codicografia / Codicologia**, em que aparecessem os cinco capítulos fundamentais da análise descritiva do códice:

- 1) identificá-lo num arquivo ou biblioteca;
- 2) descrevê-lo na sua materialidade, descortinando as várias fases da sua preparação técnica, desde a escolha de materiais à determinação do livro instrumento de leitura, com as fases de empaginação, escrita e iluminura e bem assim de encadernação;

3) identificar texto(s) – formalmente, mesmo que sem descortinar a sua tradição, os seus percursos, contaminações e derivas (mundo novo que ficaria em aberto);

4) fazer remontar o manuscrito (e não o texto) à sua origem e à sua proveniência, abrindo espaços para reconhecer a história de comunidades textuais que fizeram a nossa cultura;

5) revelar o interesse que o manuscrito despertou na comunidade científica na longa duração de uma cultura dos textos a que pertencemos (o mesmo é dizer, advertindo na bibliografia que tem o nosso manuscrito como objecto de estudo e parte de um património cultural esclarecido).

Facto é que nunca me limitei à Codicografia (nível descritivo) e sempre reclamei uma **Codicologia funcional** que assumisse a integração do manuscrito no seu valor de integração cultural: ultrapassando o esquema convencional de descrição do códice, em diálogo com bons mestres e com bons discípulos, sempre me impus percebê-lo na sua instrumentalidade em comunidades culturais, extraíndo conclusões do exame das marcas deixadas no material estruturado em livro e percebidas sob a perspectiva de leitura e de testemunho numa tradição dos textos que se prolonga (mesmo que essa tradição se afigure parca e mal regulada).

Em tal proposta de abordagem inclui-se por certo uma intenção de ciência com os seus requisitos fundamentais de coerência e consistência de conhecimento orgânico, mas também sempre foi intenção atingir a função do livro manuscrito e validar experiências formativas. Na realidade, nunca se pode esquecer que por trás de um livro, a anteceder-lo, havemos de reconhecer um grupo de homens dedicados à leitura e ao culto do texto com tudo o que ele configura (culto equivale a apostar na cultura e no seu significado maior de integração com aquilo que os outros nos transmite de estruturado e de intencionalmente significativo).

Pela minha parte, nunca poderei esquecer o maravilhamento sentido por boa parte daqueles a quem acompanhei na experiência da descoberta e da reconstituição do mundo do livro manuscrito – da sua identidade e singularidade material (todos iguais e todos diferentes), do valor das suas marcas (de origem e de uso), da sua significação cultural (no seu projecto e na sua integração em comunidade humana que recebe e integra textos, assumindo a tradição e dando-lhe prolongamento), enfim, da percepção da sua funcionalidade para a leitura (reinterpretando a apresentação do

texto pelo modo de empaginação e pela integração dos vários elementos, identificando estruturas pela marcação do texto, pelos espaços e elementos mais ou menos falantes e apelativos, nos quais se integra a iluminura – esta, por mais que dela façam elemento independente, não autónomo, mas funde-se com o texto e vive com ele).

No manuscrito convergem saberes e relações com os textos; habitualmente, não é um simples instrumento individual, pois tem uma relação comunitária e nele subsiste todo um mundo que há que reconstituir. Por boas razões, na análise (que é racionalização de saberes e decomposição do que se foi concentrando), é sempre possível escolher algum dos elementos e estudá-lo por si e pelo que ele representa, mas ele nunca revela a sua identidade se a análise não se pautar pela interpretação da funcionalidade do livro: para isso, há que saber remontar ao **projecto inicial** que dá origem ao livro manuscrito, especificamente o códice, para daí deduzir a sua significação cultural – a único que dá sentido ao livro e à sua análise.

Habitou-nos mal a cultura do **livro impresso**: recebemos o livro todo feito e não curou a escola de entendê-lo no seu processo; tornou-se vulgar como produto e evitou-se pensar que, por se ter tornado quotidiano, ele necessita de ser reconhecido e explicado para se tornar estimado. Uma ou outra vez voltámos sobre aquilo que nos disseram para repensar uma edição; poucas vezes (a não em casos privilegiados) discutimos o projecto que presidiu a ela: será o caso dos exemplares da edição príncipe de *Os Lusíadas*, por exemplo, que obrigam a análise para decidir quais os autênticos e quais os contrafeitos<sup>3</sup>; às vezes, os leitores mais exigentes obrigaram a garantir que o texto correspondia ao que o autor aprovava (é o caso das edições ne *varietur* que A. Lobo Antunes inaugurou entre nós

<sup>3</sup> Apraz-me registar o estudo que acaba de aparecer sobre a materialidade dos exemplares da primeira edição e da sua contrafação: João Ruas, "Os dois pelicanos", in *Os Lusíadas de Luís de Camões – Restauro [de exemplar] da primeira edição de 1572*, Lisboa, Fundação Ricardo Espírito Santo, 2010, pp. 21-65. Por certo, os problemas não se esgotam na análise material do suporte (a partir das filigranas do papel), mas fica aí um ensaio clarificador de uma questão primordial; falta ainda examinar sistematicamente as diferenças dos exemplares da edição princeps para atinar com as vicissitudes que ela possa ter sofrido no processo de impressão, o que obrigará a atender a examinar as diferenças textuais (eventuais gralhas tipográficas) para remontar, tanto quanto possível, ao original transmitido à tipografia e provavelmente alterado no processo tipográfico – tenha ou não havido acidente com os prelos durante a impressão: há efectivamente formas que nunca foram suficientemente discutidas; em l, 91, por exemplo, canto será forma correcta ou terá havido gralha por manto? Repare-se que a edição tem "A pedra, o pao e o canto arremessando" – em "pao" leia-se "pau": canto não faz sentido, mesmo que entendêssemos a palavra como "pedra", pois teríamos uma repetição inadequada.

por proposta de Maria Alzira Seixo<sup>4</sup>); apesar da amizade que me liga aos dois, e até por isso, devo advertir que na sua escrita me sinto em pleno mundo de oralidade e por isso subverte os modos de estruturação de leitura que os séculos medievais procuraram assegurar com eficiência e elegância – talvez a subversão reconduza ao mundo que tradicionalmente se procurava preservar, o reencontro do leitor com o autor como dois pólos de um diálogo sem instrumentos formalizados (o mesmo fenómeno está representado por José Saramago – onde também os diacríticos são mínimos).

Por se ter tornado acessível, o livro impresso, a não ser em casos particulares, deixou de ser objecto de análise: a **Bibliografia Material**, disciplina paralela à Codicologia, explora elementos que situam o livro, procurando derivar de indícios materiais o mundo que ele pressupõe e carrega consigo.

No entanto, o livro impresso pode contar habitualmente com exemplares diversos que convergem para induzir conclusões. Algo diferente acontece com o livro manuscrito: forma ele, cada um deles, um **universo marcado pela singularidade**; por isso mesmo, necessariamente aberto; que apenas numa solidariedade reconstituída revela essa mesma singularidade e permite estruturar conhecimentos que a si mesmos se regeneram e se relançam.

Cada livro manuscrito é, efectivamente, singular e único: singular, porque individualizado; único, porque irrepetível. Pertence a um mundo distante e próximo – vem de um tempo revoluto e, na distância e na diferença, interpela-nos pela presença humana, irrepetível e inconfundível, que o habita em segredo e fala a quem sabe interrogá-lo. Por trás de cada manuscrito há um projecto e uma comunidade de homens – ao contrário do livro impresso, é tão diferente como o original o é para as reproduções que guardamos nas nossas prateleiras e de onde pouco mais retemos que uma referência comum a todos os exemplares de uma mesma edição. Mesmo em fragmento, encanta e desafia (tanto mais quanto reclama a reconstituição).

<sup>4</sup> Por extrema e excessiva generosidade, Maria Alzira Seixo declarou-me associado ao seu trabalho, mas sem que haja motivos para tanto: cf. Maria Alzira Seixo, Memória descritiva – Da fixação do texto para a edição ne varietur da obra de António Lobo Antunes (trabalho com colaboração de Graça Abreu, Eunice Cabral, Agripina Carriço Vieira), Lisboa, Dom Quixote, 2010.

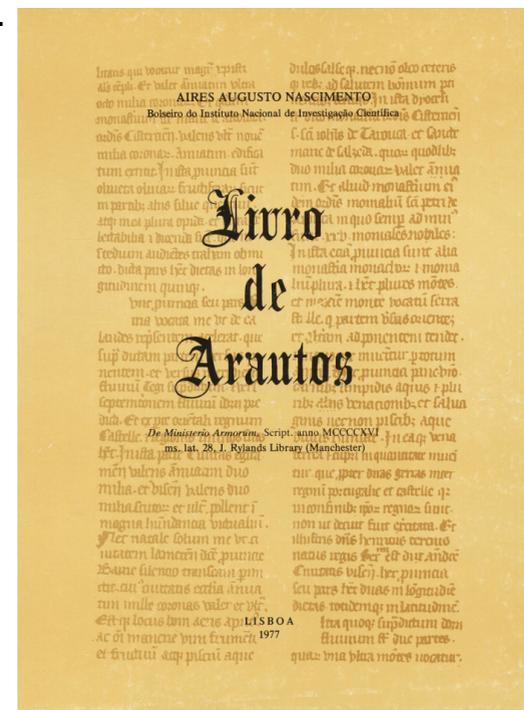
O livro manuscrito fascina pela sua singularidade (como uma pintura), mesmo que não se distinga por iluminura especial; ainda que distante, desafia a experimentar refazê-lo, repetindo as diversas fases, mesmo que sabendo que o resultado nos dará outro distinto, pois nele nos experimentamos a nós próprios.

Assim, atraí porque se coloca fora da nossa experiência quotidiana, mas inspira também alguma retracção sempre que julgamos tê-lo conhecido e ousamos responder pela sua identidade e pela sua integração no mundo para que remete; mesmo quando o conseguimos integrar em categorias conhecidas, ultrapassa quando dele possamos antecipar.

Vale cada um deles a aventura de tentar compreendê-lo, mas obriga a partir para outro antes de considerarmos que temos nas mãos a sua identidade e a podemos certificar – de facto, ela só nasce no contraste e na concatenação dentro do universo a que o livro manuscrito pertence.

## 2. Experiências e desafios.

Terei de regressar a uma data imprecisa, mas situada por 1972, quando uns amigos me pediram apoio para editar e traduzir um texto latino medieval que a Academia Portuguesa da História pretendia publicar, mas apresentava dificuldades que o principal interessado não conseguia ultrapassar. Uma primeira leitura do manuscrito fora revista pelo grande medievalista que foi Mário Martins, mas ele desistira de levar o trabalho até ao fim e indicou-me para o substituir.



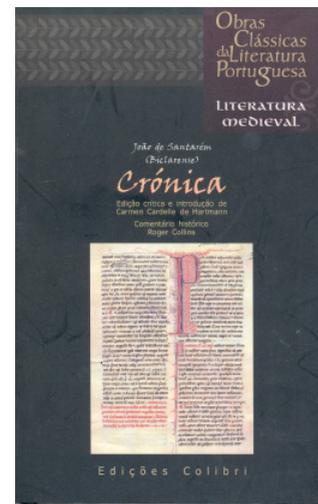
Constituiu isso mudança de rumo na minha vida académica, pois, a conselho de pessoa bem conhecedora da matéria e bem prevista das necessidades da Universidade portuguesa, acabei por inscrever uma tese de doutoramento que tomaria esse texto por base<sup>5</sup>. Olhando atrás, o percurso que depois realizei veio a confirmar o acerto de quem assim me aconselhara. Foram muitas as vezes que me defrontei com problemas de ecdótica e algumas vezes tive ocasião de esclarecer opções editoriais ou discutir as que outros haviam tomado: é-me agradável reconhecer que as propostas defendidas dentro de uma comunidade científica foram aceites precisamente por aqueles de quem somos leitores (foi o que aconteceu com H. J. Westra, investigador de centro de investigação reputado do Canadá, quando, em recensão crítica, lhe chamei a atenção para hipótese alternativa de leituras na sua edição de Comentário feito por Bernardo Silvestre – em nota de dedicatória teve a amabilidade de reconhecer o mérito das minhas propostas<sup>6</sup>).

Não terei sido sempre feliz em escolhas que tive de fazer em edições por mim estabelecidas. Posso invocar em meu favor dois ou três factores: 1) a escassez de tradição textual na maior parte dos textos de que me ocupei (a maior parte das vezes o testemunho é único e o editor tem de controlar-se *ope ingenii*, pois não pode recorrer aos *testimonia*); 2) a diversidade de usos nos textos medievais de que me ocupei – quando o texto tem usos normalizados, podemos recorrer a instrumentos auxiliares, mas quando tais usos são abertos alarga-se o campo das hipóteses e o editor tem de saber distinguir o que é fruto de deriva e o que tenha sido escolha de autor; 3) a falta de interlocutores com quem discutir as hipóteses de correcção quando faltam os testemunhos ou estes são deficientes.

Mesmo sem invocar desculpas, perante a própria comunidade científica a que pertencço, não me custa reconhecer que devo hoje proceder a revisão de algumas das edições por mim estabelecidas: fá-lo-ei na consciência plena de que qualquer editor tem de si um juízo crítico que o leva a não se sobrepor ao autor e a aperceber-se de que a leitura e o sentido do texto ou também do conhecimento das possibilidades de língua não se encerra em algum momento editorial. Se posso invocar um caso em que acom-

<sup>5</sup> Aires A. Nascimento, *Livro de Arautos – De ministerio armorum*, Lisboa, 1977.

<sup>6</sup> A minha recensão foi publicada em *Euphrosyne*, 16, 1988, 454-456; Haijo Jan Westra, ed., *The Commentary on Martianus Capella's De Nuptiis Philologiae et Mercurii attributed to Bernardus Silvestris*.



\*

**3. Singularidade e integração.** Há condicionamentos específicos dos textos portugueses medievais: a sua tradição é normalmente escassa (ao menos para a Idade Média, nos testemunhos latinos, normalmente só temos manuscritos únicos e distanciados dos autores). O desafio maior no encontro com a singularidade das coisas (e do livro) é passar do singular à articulação integrada. Fazê-lo supõe um processo de associações pertinentes até ele se revelar em teia que não tenha de desfazer-se na noite seguinte (como a de Penélope) ou não tenha a desdita de sucumbir aos desvarios de Aracne que perde a noção das suas limitações e por isso sofre castigo por ofender Palas Atena, a deusa da sabedoria prudente (da *sophrosyne*<sup>7</sup>).

<sup>7</sup> João de Santarém (Biclarense), *Crónica*, ed. Carmen Cardelle de Hartmann, Lisboa, Colibri, 2002.

<sup>8</sup> *Egéria - Viagem do Ocidente à Terra Santa no Século IV - Itinerarium ad loca sancta*, ed. Aires A. Nascimento, estudo e trad. Alexandra Maria Lourido de Brito Mariano, Lisboa, Colibri, 1998.

<sup>9</sup> Noutro momento, em colóquio dedicado à temática do fragmento, coordenado pelo Prof. Saul A. Gomes, no âmbito do Projecto FRAGMED, me servi deste mito cuja versão mais conhecida se pode ler em Ovídio, *Met.* VI. Uma das figurações mais conhecidas é a de Velázquez, no Museu do Prado. Denominada mais frequentemente como as "Fiandeiras", aparece num inventário de um nobre da corte, Pedro Arce, como reportando-se à "Fábula de Aracne". Esta corresponde à rapariga com camisa branca; Palas (inventora das artes e inventora também da roca de fiar) é representada pela mulher de idade (cabeça coberta e vestido negro). Em primeiro plano há cinco figuras femininas; no plano superior, há outras cinco figuras femininas, quatro das quais são alegóricas, pois representam as artes (a escultura, a arquitectura, a pintura e a música) que rodeiam a deusa Palas, na figura de Atena, com elmo na cabeça. A deusa observa a pintura de Aracne (*figura in imagine*), cujo primeiro desenho figura o rapto da Europa por Zeus; em homenagem a Ticiano, Velázquez transpõe para o seu um quadro do pintor italiano. No consta do quadro o castigo de Palas a Aracne, transformando-a em aranha.

Como em toda a forma de conhecimento, é fundamental perceber quais os **traços primitivos e quais os secundários, quais os tacos comuns e quais os distintivos** – que, por o serem, obrigam a reconhecer o que fornecem de identidade numa constelação em que todas as unidades são úteis e nenhuma é dispensável, pois até as que eventualmente devessem ser caracterizadas com grau zero de distinção deverão ser tomadas numa cadeia em que se percebesse o que é de origem e o que é de intervenção secundária (por subtração ou apagamento).

O percurso não está traçado de antemão. Vou recorrer a casos de experiência – valem eles mais que todas as teorias que pudesse formular ou pretendesse ir buscar a outros.

\*

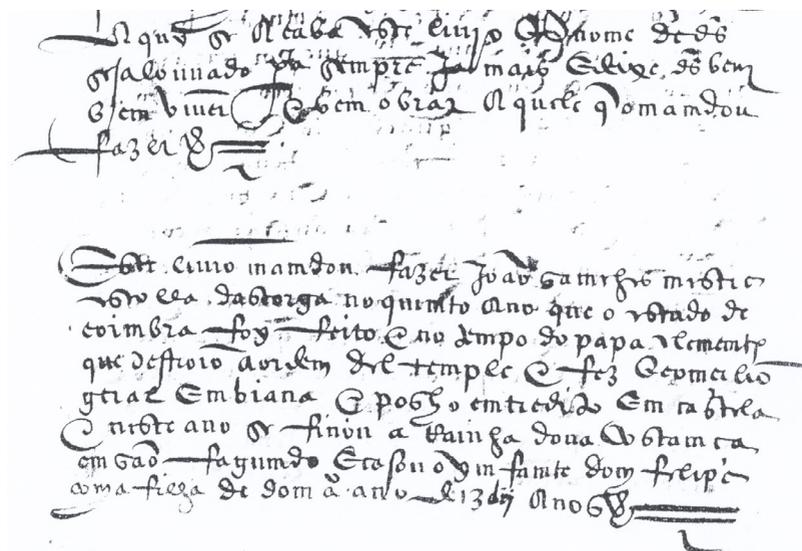
É fundamental recolher as informações explícitas no próprio manuscrito: constituem elas o primeiro elemento de diálogo com a comunidade cultural que existe atrás do livro manuscrito e mal se deixa entrever. Por vezes, até parece que há registos de uma passagem humana. Ora, nem sempre é óbvia a realidade para que remetem as informações de um registo.

Só ao fim de largos anos julgo ter integrado, por exemplo, o cólofon da tradução portuguesa do *Livro de José de Arimateia* conservado no exemplar da Torre do Tombo: em tempos, fora aceite que o arquétipo havia peregrinado até Astorga e daí fizera um percurso que o levava a Riba de Âncora, no Minho, onde o pai do desembargador Manuel Álvares o recuperara; o filho, por seu lado, levava-o até S. Miguel, nos Açores, e aí, ocupara as horas dos seus tabeliães, (menos preenchidas em outras tarefas) a estabelecer nova cópia que destinara ao rei<sup>10</sup>. Lendo o cólofon com mais detenção, no seguimento de trabalho em que a Aida Fernanda Dias, amiga de longa data, apresentou os resultados da leitura de alguns fólios esquecidos em livros também tabeliônicos (e que eram de testemunho do texto que a escrita remetia claramente para a passagem do séc. XIII para XIV<sup>11</sup>), fui levado a rever o que outros haviam escrito e eu próprio acolhera ou ajudara a formular. Desta vez, fui levado a concluir que esse arquétipo correspondia a uma situação que a ninguém ocorrera,

<sup>10</sup> Aires A. Nascimento, "Hábitos tabeliônicos num manuscrito literário: o Livro de José de Arimateia, Lisboa ANTT Cod. 643", in *Miscelânea Rodrigues Lapa*, II, Lisboa, 1984, 119-127.

<sup>11</sup> Aida Fernanda Dias, "A matéria da Bretanha em Portugal: relevância de um fragmento pergamináceo", *Revista Portuguesa de Filologia* (Miscelânea de Estudos: In Memoriam José G. Herculano de Carvalho) 25, 2003-2006, 145-221.

mas se podia deduzir do teor do próprio cólofon: em 1314, em Coimbra, Juan Sánchez, antigo mestre-escola de Astorga (cuja existência a documentação espanhola me confirmava), mandara fazer uma cópia do *Livro de José de Arimateia*; a série de factos evocados nesse códice parecia-me não aleatória e reconduzia-me a momentos articuladores da história da tradição – relações de D. Dinis com as vicissitudes da vida familiar das suas filhas em Espanha, intervenções dele do outro lado da fronteira, transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra<sup>12</sup>. Serzindo os vários elementos fui levado a admitir que o fragmento em análise pertencera a um manuscrito português (e não espanhol), feito em território de Coimbra; que pertencia a um tempo bem determinado (o do reinado de D. Dinis), estava relacionado com alguém que estivera ligado à Universidade, ao tempo da sua transferência para Coimbra, no reinado daquele rei, e que essa personalidade o tivera consigo no exercício de alguma função que estava relacionada com a de exercício da justiça universitária, estatutariamente entregue ao bispo da diocese ou seu delegado.



<sup>12</sup> "As voltas do «Livro de José de Arimateia»: em busca de um percurso, a propósito de um fragmento trecentista recuperado", *Península*, 5, 2008, 129-140. Atenda-se ao cólofon: "Aqy se acaba este livro. O nome de Deus seja louvado pera sempre jamais e deixe Deus bem viver e bem obrar aquelle que o mandou fazer etc. Este livro mandou fazer João Samches, mestre escola d'Astorga no quinto ano que o Estudo de Coimbra foy feyto e no tempo do papa Clemente que destroio a Ordem del Temple e fez o concílio geral em Viana e pôs ho emtreidito em Castela e neste ano se finou a Rainha Dona Costança em São Fagundo e casou o Ynfante Dom Felipe com a filha de Dom Alfonso ano de 1314 (→ 1309) anos". Transcrevendo as nossas conclusões, assinalaremos que, tudo conjugado, várias circunstâncias parecem de colocar em relevo e de tomar como hipótese operativa: que Juan Sánchez, "mestre-escola de Astorga", conhecia e porventura acompanhara situações políticas em que estavam envolvidas as filhas de D. Dinis, casadas em Espanha; que acompanhava também a vida universitária portuguesa; que se encontraria em Coimbra por aquele tempo; que provavelmente estava investido em tarefas (não na dignidade) de mestre-escola no Cabido da catedral coimbrã, motivo pelo qual se mantinha a sua designação pela dignidade que tinha na sua terra de origem; que nessas condições tinha relação com a universidade; que nesta situação se terá interessado por uma cópia do *Livro de José de Arimateia*; que, como comandatário, terá ele próprio constituído o primitivo cólofon para o manuscrito...

Raramente os colofões são tão generosos. Várias vezes me defrontei com os fragmentos de manuscritos e procurei reflectir sobre eles<sup>13</sup>; algumas vezes consegui encontrar memórias que os habitam e lançar hipóteses de integração num conhecimento sempre escasso.

Foi o caso dos fragmentos de um *Liber distinctionum*, em verdadeira letra carolina, que, inopinadamente, ao observar uma encadernação de Foral Manuelino (trazido à colação para colher modelo para restauro no ANTT), se me deparou: por deduções, cheguei à conclusão (inadvertida para os saberes instituídos) de que a Chancelaria Régia era a única instituição que me parecia capaz de ter servido como intermediária desde tempos remotos até que o aparecimento de novos instrumentos lexicais em início do séc. XVI levou a despedaçar o antigo códice e fazer dos fólhos elementos de guarda de encadernações. Para mim (e para alguém mais), isso representava uma revolução copernicana no universo em que nos movíamos<sup>14</sup>: terá passado despercebida a outros tal proposta; nada de anormal, pois continuaremos a dizer que o sol nasce e faz a sua rotação diária em benefício da terra, que está inamovível, com tudo o mais a rodar em seu torno... (pretender reivindicar mais do que devido, fica uma interrogação para quem voltar ao tema da chancelaria régia portuguesa).

A sintonia com outros é condição fundamental para advertir nos problemas da tradição textual; aprende-se com eles quando se entende o seu trabalho editorial. O convívio com M. C. Díaz y Díaz foi para mim fundamental: com ele pude dialogar e a ele pude aduzir dúvidas e problemas; o que lhe devo transcende quanto possa registar, mas permite-me também recordar algumas circunstâncias que serviram para reajustar pontos de convergência sobre investigação por ele iniciada. Seja o caso dos fragmentos de um antigo *Chronicon* que tinham sido por ele analisados: na sequência de Mommsen, considerara Díaz y Díaz que os fragmentos de Londres e os de Madrid pertenciam a um antigo códice e que este devia ser identificado com o que Vaseu havia utilizado por empréstimo de Alcobaça, mas depois fora destroçado e dele restavam apenas dois fragmentos, hoje em Madrid (depois de ter passado por Alcalá) e em Lon-

<sup>13</sup> "A iluminura hispânica primitiva: fragmentos dum universo cultural" in *A iluminura em Portugal: identidade e influências* – Catálogo de Exposição (26 de Abril a 30 de Junho '99), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1999, pp. 111-118; "Novos fragmentos de textos portugueses medievais descobertos na Torre do Tombo: horizontes de uma cultura integrada", *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, 2, 2005, 7-24.

<sup>14</sup> "Festus ex recensione Pauli: fragmentos de letra carolina em arquivos portugueses", *Euphrosyne*, 33, 2005, 429-446. Permito-me prestar homenagem a quem em boa hora iniciou entre nós a recolha e tratamento sistemático dos mais antigos fragmentos de manuscritos: P.e Avelino de Jesus da Costa, "Fragmentos preciosos de códices medievais", *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992. Em modalidade nova, o Projecto FRÁGMED, *Corpus Portugaliae Fragmentorum*, coordenado por Saul A. Gomes, da Universidade de Coimbra, começado em 2004, alarga a pesquisa e sistematiza os dados.

dres. Ora, a familiaridade com os códices alcobacenses conduziu-nos às notas do historiador e cronista Fr. António Brandão e pudemos reter dele o testemunho de que ainda no seu tempo o códice do *Chronicon* se conservara em Alcobaça, mas, por razões que lhe escapavam, havia perdido o seu paradeiro. Em nota de investigação, assinalámos o testemunho de Fr. António Brandão, sublinhando a perda de códices alcobacenses<sup>15</sup>; posteriormente, assumindo nota paralela de outro investigador<sup>16</sup>, voltámos à questão e sistematizámos dados que oferecemos à consideração de outros parceiros de investigação<sup>17</sup>. As conclusões foram enunciadas em trabalho posterior<sup>18</sup>:

1) Os fragmentos de Madrid (Real Academia da Historia, ms. 81) e Londres (B. L., Egerton ms. 1934) não pertencem ao códice alcobacense perdido, visto e testemunhado pela última vez no séc. XVII por Fr. António Brandão, em Alcobaça, e cujo conteúdo era constituído por uma *Summa Chronicarum Eusebii*, etc. Segundo o testemunho daquele cronista, o códice desapareceu da instituição alcobacense em momento posterior à sua primeira consulta.

2) Os únicos testemunhos que dele nos restam são os que podemos recolher em Vaseu ou entre as notas manuscritas de A. Brandão, tomadas quando este erudito cisterciense preparava a *Terceira parte da Monarquia Lusitana*; a versão dos *PMH* não teve em conta os apontamentos colhidos pelo cisterciense.

3) O ms. alcobacense não está na origem de outros e apresentava variantes significativas (omissões) relativamente à versão da *Chronica Gothorum* dada pelo homiliário de Santa Cruz de Coimbra, de 1193, segundo se pode concluir das próprias sinalefas apostas nos seus apontamentos por A. Brandão;

<sup>15</sup> "Em busca dos códices alcobacenses perdidos", *Didaskalia*, 9, 1979, 279-288.

<sup>16</sup> G. V. Sumner, "El perdido códice alcobacense y la Crónica Mozárabe de 754", *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 177, 1980, n.º 2, pp. 343-346.

<sup>17</sup> Cristóbal Rodríguez Alonso, *Las Historias de los Godos, Vándalos y Suevos de Isidoro de Sevilla*, Leão, 1975, p. 136. Publicado depois dessa data, e muito embora sem possibilidade para o seu autor de reformular a questão depois de conhecida a nossa análise, manifestou-se José Eduardo López Pereira, a quem se devia trabalho de grande mérito em tese de doutoramento, *Crónica Mozárabe de 754 (edición crítica y traducción)*, Saragoça, 1980, p. 7 ss. Sublinhe-se, no entanto, que estes dois trabalhos eram tributários da análise feita pelo Prof. Manuel C. Díaz y Díaz particularmente em «La transmisión textual del Biclarense», *Analecta sacra Tarraconensis*, XXV, 1963, p. 57-76 (tal trabalho foi inserido em M. C. Díaz y Díaz, *De Isidoro al siglo XI: Ocho estudios sobre la vida literaria peninsular*, Barcelona, 1976, pp. 119-140).

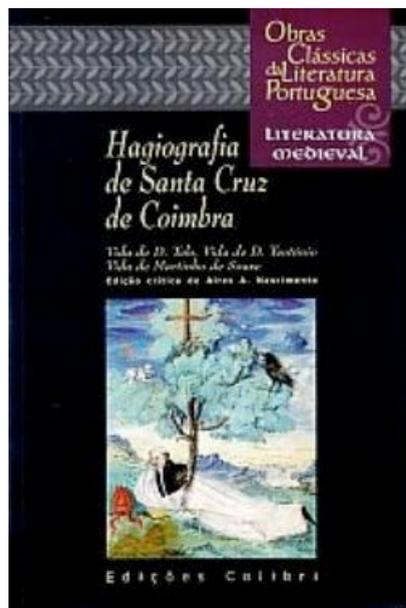
<sup>18</sup> "Três notas alcobacenses: Um códice perdido; Um livro de milagres; Concordâncias bíblicas", *Didaskalia*, 12, 1982, 185-194.

4) Dada a importância atribuída à *Summa Chronicarum* é muito provável que o códice alcobacense não tenha sido destruído, mas se encontre alíngues, ainda não identificado<sup>19</sup>.

\*

#### 4. Condições e condicionantes: leitura como recuperação do sentido do texto; situar na origem.

Entender o texto é a primeira condição para entrar no mundo da edição. Por certo, muitos leram *Os Lusíadas*; não sei quantos, porém, terão duvidado de algumas formas que terão passado na revisão do tipógrafo / editor e continuam por esclarecer: assim, em I, 91, custa a admitir uma forma no verso *A pedra, o pau e o canto arremessando* – “canto” não é certamente “canção”, também não é “recanto”, mas também não pode ser sinónimo de “pedra”, pois este termo já está nesse verso; por isso mesmo, embora todas as edições mantenham a lição, o editor tem de encarar a hipótese de estarmos perante um lapso tipográfico e por isso haver de corrigir para “manto”.



Para me situar em trabalho próprio, regresso ao texto latino da *Vita Tello-nis*: aí deparei com a expressão *cor episcopi* aplicada a Telo, arcebispo do bispo de Coimbra; o contexto pendia para reconhecer esta função; reconheci que, por banalização da parte do copista, se tinha perdido a forma *corepiscopus* que na tradição designava o auxiliar do bispo de uma diocese<sup>20</sup>. A análise crítica faz avançar no entendimento da solidez ou fragilidade da transmissão textual.

<sup>19</sup> Aceitação plena da nossa proposta foi feita, posteriormente, por José Eduardo López Pereira, *Continuatio Isidoriana Hispana – Crónica Mozárabe* (estudio, edición crítica y traducción), León, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», 2009.

<sup>20</sup> *Corepiscopus*, um arcaísmo não compreendido na *Vita Tello-nis*, *Didaskalia*, 10, 1980, 381-390.

Em perspectiva diferente (passando do singular para o conjunto), não escondo que alguma vez alimentei o sonho utópico de descrever e interpretar o **universo dos manuscritos medievais portugueses**. Alguém, com sorriso compreensivo, servir-me-á de conforto perante a porta dos sonhos de marfim (ou seja, da ilusão); tenho outra consciência da realidade com que me debati (na porta córnea dos sonhos verdadeiros – o termo não é bonito, mas é vergiliano – *Aen.* 6, 893-897): de uma forma mais intensiva em alguns tempos, de modo menos sequencial noutros momentos, contei, por vezes, com alguns companheiros briosos e destemidos que quiseram entrar nessa aventura e avançaram por esse mundo a descobrir, não ficando desanimados perante as dificuldades; tive, outras vezes, a acompanhar-me personalidades de alta qualificação científica a quem podia interrogar e a quem me era grato colocar hipóteses de interpretação, implicado em esforço largo<sup>21</sup>; explorei, em algum tempo, elementos singulares, quando estava em causa documentar um tema específico (como foi o da encadernação medieval alcobacense ou como foi a exploração das representações do tempo nos manuscritos medievais ou a participação em projecto de determinação da identidade e influências da iluminura portuguesa medieval)<sup>22</sup>.

Em algumas circunstâncias procurei contribuir para alargar conhecimentos e estruturar resultados; tentei, em outro tempo, abarcar em esquema orgânico a diversidade de um fundo ou de uma colecção (ainda que constituídos por um número relativamente reduzido de unidades): a perspectiva sempre foi a de integrar pela compreensão, ultrapassando o plano de descrição para chegar à concatenação em universo de juízo cultural. O terreno não ficou cerrado: os *iuniores*, porque *perspicacios* (na expressão de Quintiliano, repetida por Prisciano e outros), têm porventura ocasião para experimentarem as suas capacidades.

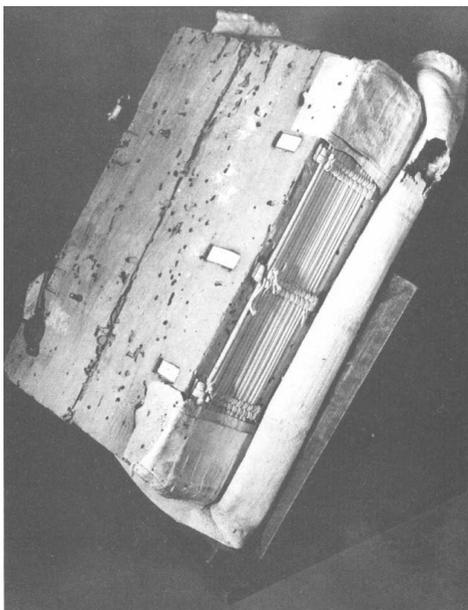
O **catálogo** dos manuscritos de Santa Cruz de Coimbra constitui o resultado de uma experiência corajosa de descrição catalográfica que me permito destacar porque pertence mais a outros que a mim próprio e por isso a posso certificar (honrado com a atribuição coordenadora que me atribuíram)<sup>23</sup>.

<sup>21</sup> Os momentos mais ricos foram os da descrição codicológica da Colecção Gulbenkian de Manuscritos Ocidentais, em que pude contar com a colaboração amiga e advertida de François Avril e de uma equipa especializada por ele sugerida.

<sup>22</sup> *A iluminura em Portugal: identidade e influências – Catálogo de Exposição* [26 de Abril a 30 de Junho '99], Lisboa, Biblioteca Nacional, 1999, pp. 51-91.

<sup>23</sup> *Catálogo dos códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*, coord. Aires A. Nascimento e José Francisco Meirinhos, com colaboração de Agostinho Figueiredo Frias, Bernardino Marques, Joana Lencart e Silva, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1997.

A essa experiência, por iniciativa própria ou por acompanhamento, pude somar outras, mais restritas, com objectivos mais específicos, mas que me deixaram com perspectivas que se abriam para um mundo de horizontes. Assim foi quando tomei em mãos analisar a **encadernação medieval** do Fundo de Manuscritos de Alcobaça na Biblioteca Nacional; o intuito inicial era apenas o de verificar uma hipótese lançada em sessão de Seminário orientada por Léon Gilissen, em que, por deferência dos Serviços de Reservados da Biblioteca Nacional, foram trazidos à sala alguns dos códices do Fundo de Alcobaça. A gosto acompanhei o ilustre visitante a reexaminar o que não fora mais do que um contacto momentâneo de sessão de Seminário; sem que saiba ainda hoje explicar, os esquemas de análise com que o reputado mestre, perito em encadernação medieval, trabalhava não lhe permitiram descobrir a singularidade que tinha na frente; com bastante surpresa, ao estabelecer posteriormente a minha análise, deparei com um universo por explorar; a pouco e pouco, com a anuência da instituição e sem recorrer a qualquer outro processo que não fosse o de observar e comparar, registar as diferenças e julgar da funcionalidade, situar em concatenação os traços recolhidos, fui levado a determinar uma série de elementos afins e contrastantes que me permitiram estabelecer uma linha de continuidade e assim identificar uma experiência do livro manuscrito específica, determinando a identidade e a vitalidade de um scriptorium – autónomo relativamente a outros, mas com eles integrado, através de contactos e comunicação de livros e suas técnicas; intérprete e salvaguarda de tradições da sua área cultural. Com isso julgo ter recuperado a **identidade da comunidade textual alcobacense** que escapara a todos quantos se lhe referiam e deixavam no horizonte apenas a configuração de uma dependência relativamente a instituições estranhas



(de mais perto ou de mais longe – nomeadamente da Abadia cisterciense matriz, Claraval)<sup>24</sup>.

Em retrospectiva, tudo parece ter sido fácil, pois tudo estava nas encadernações dos livros manuscritos alcobacenses. No entanto, não partira com tal hipótese em mente nem o encadeamento para ela foi imediato, até porque as propostas que havia eram de sinal contrário: aliás, quem tenha alguma vez lido a síntese sobre a circulação de manuscritos entre Portugal e a Europa que um dia apresentei em Congresso de Santiago de Compostela em 1982 (não por iniciativa própria, mas a instâncias de um Mestre muito querido e hoje recordado com saudade, o Prof. Manuel C. Díaz y Díaz, a quem nada podia negar) e tenha tido o ensejo de confrontar o que aí aduzi com o que fui escrevendo mais tarde, depois dessa experiência codicológica sobre o estudo da encadernação alcobacense, concluirá acertadamente que o fiel da balança mudou vários graus de inclinação<sup>25</sup>.

**5. O texto como razão do livro.** O livro é fundamentalmente instrumento do texto ordenado para a leitura (qualquer que seja a modalidade que ela revista, nos rituais da cultura). Aqui e além (e em perspectiva mais filológica do que codicológica, mas sem desligar uma da outra), foi-me dado recuperar o valor de testemunho de um ou outro manuscrito no universo da sua tradição textual, identificar textos esquecidos e situá-los na sua tradição.

Julgo ter contribuído para clarificar a tradição de um texto emblemático como é o *De correctione rusticorum* de Martinho de Braga / Dume: o *stemma* apresentado pelo seu editor mais credenciado, Barlow, era dispersivo e reclamava mais unidade e sequência entre os elementos da tradição; recompondo os dados, por consideração de origem, cheguei a contrapor um ramo da tradição hispânica ao resto dos testemunhos<sup>26</sup>.

<sup>24</sup> Encadernação medieval portuguesa: - Alcobaça, Lisboa, INCM, 1984; "Diferenças e continuidade na encadernação alcobacense: sua importância para a história do scriptorium", *Revista da Faculdade de Letras*, 1983, 136-157 (rep. Louvain-la-Neuve, 1984, Centre interuniversitaire de l'écriture, 11); "Reliure médiévale du Fonds Alcobaça dans la Bibliothèque Nationale de Lisbonne", in *Calames et Cahiers - Mélanges L. Gilissen*, Bruxelles, 1985, pp. 107-117; "La reliure médiévale d'Alcobaça: une technique originale mal interprétée", *Gazette du livre médiéval*, 15, 1989, 19-22; "Le scriptorium d'Alcobaça: identité et corrélations", *Lusitania Sacra*, 2<sup>a</sup> ser., 4, 1992, 149-162; "La reliure médiévale: une forme de relation avec le livre. Fonctionnalité et sens des différences", in *Actas de Convegno Internazionale «La Legatura dei Libri antichi tra conoscenza, valorizzazione e tutela»*, *Bolletino dell'Istituto Centrale per la Patologia del Libro*, 44-45, 1990-1991 [1994], 263-294.

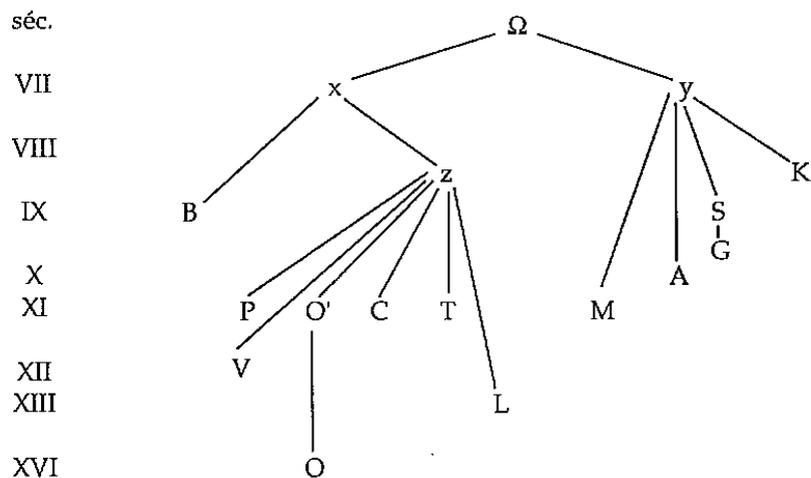
<sup>25</sup> Concentração, dispersão e dependências na circulação de manuscritos em Portugal nos sécs. XII e XIII", in *Actas de Coloquio sobre circulación de Códices y escritos entre Europa y la Peninsula en los siglos VIII XIII (16-19 Septiembre 1982)*, Santiago de Compostela, 1988, 61-85; estudo revisto, em: "A Igreja na história da cultura: percursos do livro em Portugal na Idade Média", *Igreja e Missão*, 18, 2000, 139-201.

<sup>26</sup> Martinho de Braga, *Instrução pastoral sobre as superstições rurais (De correctione rusticorum)* - Edição crítica, tradução e estudo por Aires A. Nascimento, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.



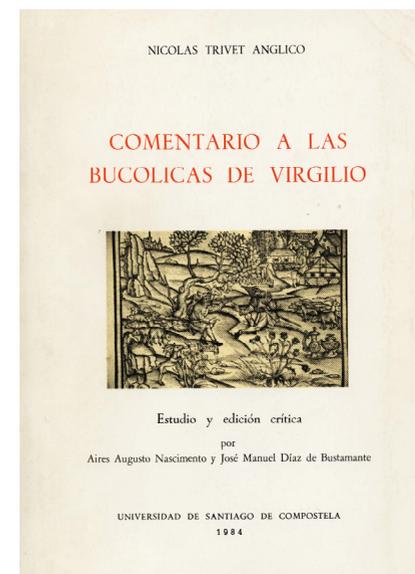
A hipótese de que parti pressupunha afinidades maiores entre os testemunhos de distribuição geográfica mais próxima, mas o critério decisivo para fixar o texto procurou contar com a associação a um outro testemunho estranho a essa origem. Devo confessar que não analisei directamente todos os testemunhos, mas bastou-me atender às descrições conhecidas de catálogos ou fornecidas por outros editores e partir de perspectivas não vinculadas a sistema linguístico para não ser prejudicado nas opções a tomar. Explico-me: se partíssemos mos do princípio que

a versão fora revista segundo as normas gramaticais recuperadas nos tempos carolíngios, consideraríamos que as variantes que se afastavam dessa norma seriam as autênticas; ora nem tudo é previsível na tradição textual, pois é sabido que a gramática normativa nem sempre se impõe da mesma maneira. Associando testemunhos de vária origem, creio ter chegado a ultrapassar a dicotomia da norma contra a transgressão – evitando sobrepôr e antecipar juízos sobre os usos conhecidos em determinada comunidade de leitores.



Em algum caso, atendi ao esquecimento de um ou outro texto, como *De solistionis insula magna* que havia escapado à sagacidade de alguém habituado a prescrutar as tradições textuais em fundos portugueses, como era M. C. Díaz y Díaz: no intercâmbio, e por colaboração também de outro amigo, Serafín Moralejo, acabei por receber do Mestre lição significativa e completa da integração desse pequeno texto na cultura correspondente e situá-lo em momento particularmente complexo e pouco conhecido, como é o do séc. X no noroeste hispânico<sup>27</sup>; interessou-me, por outro lado, situá-lo em perspectiva da recolha de testemunhos em meio alcobacense, numa comunidade que se me foi apresentando como representativa de continuidade de cultura, quando se difundira a perspectiva de importação de livros estranhos, pela obediência aos costumes cistercienses.

Num outro caso, deparou-se-me um códice da Biblioteca de Évora, já do séc. XVI, sem nada de apelativo na forma de apresentação. A análise persistente havia de levar-me à descoberta de um *Comentário às Bucólicas de Vergílio* que, ao fim de tentativas porfiadas, consegui atribuir a Nicolau Trivet. Mal conhecia, ao tempo, este dominicano inglês do séc. XIV, cujo nome me fora revelado por um comentário a alguns dos livros de Tito Lívio que existe na Biblioteca Nacional de Lisboa. Apercebera-me também que o seu nome constava do inventário da biblioteca dos Papas de Avinhão e aí era apontado como autor de comentário às *Bucólicas*; no entanto, tal comentário não havia sido documentado e todos consideravam que ele teria desaparecido nos avatares da biblioteca papal, quando Bento XIII, o Papa Luna, levou os manuscritos para a sua residência de Peñíscola. Não me podia ser estranho o interesse que ele poderia despertar, caso fosse identificado, pois era dos poucos comentá-



<sup>27</sup> Cf. A Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais (Navigatio Brendani - I; Benedeit, Navigatio Brendani - II; Trezenzonii De Solistionis Insula magna; Conto de Amaro) – ed. crítica, tradução, introdução e notas de comentário. Lisboa, Colibri, 1998.

rios que haviam sido constituídos no *studium* medieval sobre aquele livro, sabendo-se até que o autor tinha contado com as atenções de Petrarca. Por análises continuadas, dei-me conta de que o texto descoberto em Évora se revelava como obra de um comentador que, por cinco vezes, remetia para comentário à *Consolatio Philosophiae* de Boécio onde explicaria conteúdos que agora dava por conhecidos. Não era fácil trabalhar com esses materiais, pois era necessário procurar a tradição de obras nunca editadas: por felicidade, a consulta a um antigo inventário de manuscritos italianos, colocava-nos em situação de nos apercebermos que ambos dos comentários se encontravam num mesmo manuscrito; pudemos verificar que havia coincidência entre a remissiva e o texto de base e que este era conhecido como sendo obra justamente de Nicolau Trivet. Adiantei-me a trazer a público a conclusão, pois ela me parecia suficiente. Não tive aceitação fácil por parte de críticos italianos, embora expressas por amigos e companheiros de outras tarefas; apenas elas cederam quando Mary Louise Lord<sup>28</sup> me facultou o complemento documental que eles reclamavam: teria mesmo sucumbido às suas razões e invectivas (amigáveis, aliás, numa solidariedade bem intencionada) se não tivesse tido pelo meu lado o saber e a amizade de Giuseppe Bilanovich que, certo dia, perante a confissão da minha perplexidade, me sossegou com algum humor benevolente numa manhã de sábado em que o acompanhei a visitar algumas das nossas coisas espalhadas pelos museus de Lisboa: conhecia ele bem os manuscritos a que os colegas italianos se referiam (um deles eu conhecia-o também por me ter demorado nele na Biblioteca Vaticana) e o professor milanês avisou-me de que o nome que aparecia nesse mesmo manuscrito não era primitivo, mas fora posto mais tarde e iludia agora os meus críticos. Atendia G. Bilanovich à minha argumentação, que, no caso, recorria a dados filológicos e codicológicos e dava-me conforto<sup>29</sup>.

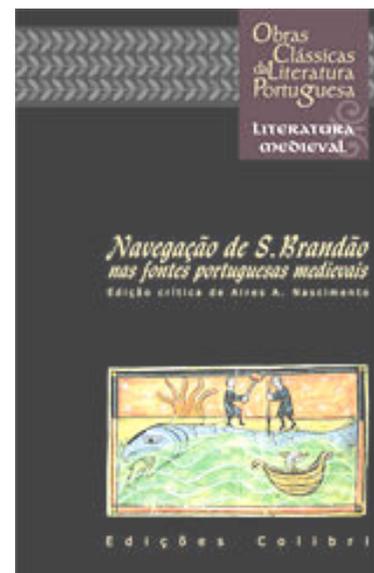
Não menos controversa e problemática foi a reconstituição do percurso de uma versão textual da *Navigatio Sancti Brendani*, que descobrimos testemunhada em dois códices do Fundo de Santa Cruz<sup>30</sup>; não relatarei todo o percurso de investigação sobre uma versão de texto que personalidades gradas do mundo filológico foram levadas a considerar, a um

<sup>28</sup> Mary Louise Lord, "Virgil's Eclogues, Nicholas Trevet, and the Harmony of the Spheres", *Mediaeval Studies*, 54, 1992, 186-273.

<sup>29</sup> "Um comentador medieval das Bucólicas de Virgílio: Nicolau Trivet", *Euphrosyne*, 11, 1981-1982, 180-186; "Os auctores no comentário de Nicolau Trivet às Bucólicas de Virgílio. Aspectos formais de uso e significação", *Euphrosyne*, 12, 1984, 209-222; Nicolas Trivet Anglico, *Comentário a las Bucólicas de Virgilio* (edição e estudo de Aires A. Nascimento, em colaboração com J. M. Díaz de Bustamante), Santiago de Compostela, 1984.

<sup>30</sup> *A Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais* [*Navigatio Brendani* - I; *Benedict, Navigatio Brendani* - II; *Trezenzonii De Solistionis Insula magna; Conto de Amaro*] - ed. crítica, tradução, introdução e notas de comentário, Lisboa, Colibri, 1998.

primeiro tempo, como variantes simples de uma tradição larga e a deixar de parte o que parecia uma deriva sem significado.



De facto, ao fim de alguns anos de análise, julgo ter chegado a ultrapassar aporias e a obter conclusões inéditas e algo surpreendentes para mim próprio: a versão aparecia-me no horizonte de uma tradição textual imensa, espalhada pela Europa, mas com particularidades que apenas via testemunhadas no contexto da Península Hispânica e que, na análise directa do texto, se me afiguravam depender de uma representação diferente da que me era dada na versão vulgata: não podia passar despercebido que a função das personagens era diferente e sobretudo que a inter-relação delas configurava um mundo distinto; na minha frente desenhava-se a passagem do monaquismo tradicional (presente na versão hispânica) para o de observância beneditina organizada na carolíngia por Bento de Aniane (que a versão vulgata me apresentava). Por gentileza e insistência de Giovanni Orlandi, da Universidade de Milão, especialista que dedicara a vida inteira de investigação a estudar a tradição manuscrita da *Navigatio*, tive oportunidade de discutir o tema com especialistas de várias procedências: G. Orlandi trabalhara cerca de centena e meia de testemunhos ao longo de quarenta anos; todavia, tinham-lhe passado despercebidos os dois manuscritos portugueses e reduzira os restantes manuscritos hispânicos (quatro ao todo, em estado fragmentário) a testemunhos residuais sem grande interesse. Por sua iniciativa, no entanto, fui chamado a colocar, perante uma comunidade científica especializada, a hipótese ousada de estarmos perante uma versão diferente da vulgata e mais antiga do que ela: tal situação apenas a conseguia eu explicar pelo isolamento em que haviam ficado as comunidades textuais afectas a determinadas leituras; forçoso me era admitir que, sendo os dois manuscritos portugueses do séc. XII (um mais antigo e outro mais tardio), havia um fenómeno de fidelidade a uma tradição – não tanto porque não houvesse acesso à versão

vulgata ou outra (Alcobaça tinha inclusivamente uma versão latina que se reportava a Benedit), mas seguramente por leitura que ganhava tanto mais sentido quanto o mundo representado correspondia a formas de vida monástica de tradição hispânica. Infelizmente, a morte de Giovanni Orlandi, privou-nos de continuar com ele um diálogo sincero e honesto: teve ele a amabilidade de reter a publicação de um artigo para o ajustar ao meu trabalho; em sua homenagem saiu o meu contributo no livro das Actas do Seminário por ele organizado, com a duração de uma semana, em que reuniu um grupo especializado em Gargnano<sup>31</sup> (em cenário esplendoroso, nas margens do Lago Garda, que a discussão científica nos proibia de gozar).

Estabelecida a análise, outros horizontes se me abriam quanto à circulação de textos entre as periferias europeias e o centro, onde a cultura se torna habitualmente mais homogênea. As conclusões cabiam no tema que já advertira no estudo da encadernação alcobacense, mas com integração diferente.

Não me ficou menos clara a persistência de formas de concepção da vida monástica que a *Navigatio Brendani* me testemunhava. Tive a alegria de, em fase ainda embrionária do trabalho, receber os incitamentos favoráveis de uma autoridade em crítica textual como é Giuseppe Tavani<sup>32</sup> e por isso as exigências de Giovanni Orlandi serviram para requintar a análise que estabeleci.

\*

**6. Do códice à comunidade textual.** Não vou multiplicar os casos em que fui confrontado com a singularidade do manuscrito e do seu valor de significação quando integrado nos ramos da tradição. Não me diminui que alguma vez me tenha equivocado: mais uma vez confessarei que sempre preferi um erro que faz avançar a ciência que mil verdades que não rompem os muros porque nada adiantam em terreno que importa desbravar. Detenho-me num pequeno universo que se me impôs à consideração nos últimos tempos.

<sup>31</sup> "The Hispanic Version of the *Navigatio Sancti Brendani*: Tradition or form of reception of a text?", in *The Brendan Legend – Texts and Versions*, edited by Glyn S. Burgess & Clara Strijbosch, Leiden / Boston, Brill, 2006, pp. 193-220.

<sup>32</sup> Devo a G. Tavani a primeira leitura das minhas análises, ainda hesitantes, e, por outra parte, a forma magnânima que, ao jeito de Erasmo, o levou a decidir publicar o que lhe dera para julgar sem implicar tal destino: o texto que entreguei saiu o título de "Tradição hispânica da *Navigatio Brendani*: apontamentos para a história de um texto", *Crítica del texto*, 2 / 2, 1999 [real. 2000], 709-734.

As melhores descobertas são as inesperadas: em algum momento, quando alguém parecia menosprezar o valor de um trabalho apresentado a provas de doutoramento por lhe parecer casual o reconhecimento de determinado valor de prova que servia para sustentar a orientação do trabalho. Senti-me então obrigado a lembrar que a descoberta vem sempre ao encontro de quem está preparado para a receber; pessoa de grande mérito científico, nada menos que L. F. Lindley Cintra, teve a benevolência de anuir ao que eu me permitira lembrar e assim morreu uma questão que só tinha pertinência porque não devia ser esquecida.

O grande conhecedor de livros que, por última lembrança, nos deixou o testemunho das suas errâncias na busca dos representantes mais qualificados da cultura, em *História de Livros para a História do Livro*, acentuou, com muito enlevo, que um livro procura sempre quem é capaz de o apreciar / amar<sup>33</sup>.

Pela minha parte, tive a fortuna de me vir ao encontro o único exemplar do *Passionarium Hispanicum* documentado em fundos portugueses (ANTT, Torre do Tombo, Lorrão 16)<sup>34</sup>. Apesar da caracterização feita, continua ainda a ser confundido, no nome, com *Leccionário* ou com *Martirologio*, sem se atender a que corresponde a uma espécie que não se deve confundir<sup>35</sup>. Como livro litúrgico, revela traços de inserção numa comunidade humana – pertence a um entidade que continua a seguir os usos



<sup>33</sup> José V. de Pina Martins, *Histórias de Livros para a História do Livro*, ed. Aires A. Nascimento, Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 2007.

<sup>34</sup> "Um novo testemunho do Passionário Hispânico: um códice lorvanense da primeira metade do século XII (Lisboa, ANTT, Lorrão, C.F. Livr. 16)", in *Sub luce florentis calami – Homenaje a Manuel C. Díaz y Díaz*, ed. Manuela Domínguez García et alii, Santiago de Compostela, 2002, pp. 452-477. Nalgumas referências há equívocos entre *Leccionário*, *Martirologio* e *Passionário*; noutras a referência a *Livro das Calendas* esquece que por essa designação se escamoteia o que na realidade é o *Martirologio* usado no Ofício coral na Hora de Prima.

<sup>35</sup> A confusão tipológica anda nos melhores sítios: um *Cantatorium pro Triduo Hebdomadae Sanctae*, da autoria de Diogo Fernando Formoso, está na Biblioteca Nacional registado como *Passionarium* (em título reconstituído) certamente por relação com a Paixão de Cristo. A edição é de Lisboa, 1543, Ludovicus Rodericus = Lisboa, BN, RES-851-A; o equívoco consta, aliás, do único estudo que lhe foi consagrado: Manuel Joaquim, "Passionarium de Fernandes Formoso (Lisboa, 1543)", *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, 1, 1955, 73-97. Entenda-se por *Passionário* o livro litúrgico formado por relatos dos martírios (*passiones*) destinados à liturgia do ofício (e ocasionalmente da missa, como aconteceu na liturgia hispânica). Na liturgia moçárabe era livro imprescindível, mas perdeu-se o seu uso quando essa liturgia foi substituída pela romano-galicana (nesta, os livros eram fundamentalmente o *Sacramentale* e o *Lectionarium*). Cf. *Passionario Hispánico*, ed., trad. Pilar Riesco Chueca, Sevilla, Universidade, 1995; A. Fábrega Grau, *Passionario Hispánico [siglos VII-XII]*, Madrid-Barcelona, CSIC, 1953; Manuel C. Díaz y Díaz, "Correcciones y conjeturas al Passionario Hispánico", *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, 65, 1957, 453-465.

da liturgia hispânica; mas advertimos também em traços que, parecendo menores, nos conduziram a tradições perdidas. Foi o caso que uma pequena variante, tratada como nula ou aberrante por editores de texto se me apresentou como particularmente significativa e identificadora do mito de Ábides, que em determinado momento da cultura ocidental andou associado ao de Ulisses: na Passio dos Mártires de Lisboa (Veríssimo, Máxima e Júlia), o nosso manuscrito regista que a cidade onde ocorreu o martírio tinha o seu nome porque *ab id seu Ulisse condita*.

Não entendemos inicialmente o que estava em causa e fomos levados a desprezar o que aparentava ser elemento sem consistência e devido apenas a incerteza de cópia. No entanto, um outro testemunho hispânico apresentava o mesmo registo. Ao fim da nossa análise, fomos surpreendidos com o facto de *ab id* esconder um nome próprio, em forma mal transcrita, por mal entendida: na base está o mito que envolve as figuras de Ulisses e de Górgoris que uma tradição tardia aclimatou em Santarém, mas corresponde a uma lenda antiga que transfere para a costa ocidental, e nomeadamente, para a cidade de Lisboa, o que originariamente fora dado para a cidade de Ulisseia / Ulisseia, governada por Górgoris, acolhera Ulisses e este ficara cativado pelos amores da filha do rei, de seu nome Calipso, que acabara por conceber e dar à luz um filho; irritado por um estrangeiro ter abusado da sua hospitalidade, persegue o intruso e manda atirar a criança ao rio Tejo, mas ela fica enredada na vegetação das margens, é acolhida por uns pastores e reconduzida à corte, onde a mãe Calipso a reconhece por uma cicatriz que lhe fizera gravar antes de o rei o expor à corrente das águas do Tejo. O nome antigo *Abydis* apenas perdera numa forma de pronome com preposição *ab id* e ter-nos-ia passado completamente despercebido se não tivéssemos reparado na alternativa equivalente apontada pela conjunção *seu*. A lenda não fora invenção total de Fr. Bernardo de Brito, pois nesse manuscrito de meados do séc. XII se antecipa em vários séculos uma referência cultural que o positivismo histórico considerou ser resultado apenas de fantasia do séc. XVI tardio<sup>36</sup>; os homens seissentistas apenas aproveitaram para aproxi-

<sup>36</sup> Cf. "Ulixbona ab Idis seu Ulisse condita", in *Actas del IX Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval (A Coruña, 18-22 de septiembre de 2001)*, ed. Carmen Parrilla e Mercedes Pampín, Universidade da Coruña, 2005, vol. III, pp. 239-254; em melhor interpretação, "Ulisses em Lisboa: mito e memória", in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa - Classe de Letras*, tomo XXXVII, 2006, pp. 195-224. Quanto ao mito de Ábides, figura ete em Bernardo de Brito e, entre outros, num poema esquecido da autoria de José Maria da Costa e Silva, *Emília e Leonido, os amantes suevos*, Lisboa, A. S. Coelho, 1836; nas notas ao poema, acentua o autor, p. XVI, que a "fundação de Santarém por Ábides tenho eu por tão fabulosa como a de Lisboa por Ulysses, de Setubal por Tubal e a de Tui por Diomedes, com que tantos escritores nos embalam"; segundo a lenda, Ábides era filho de Górgoris e Calipso, mas, para evitar o escândalo do incesto, passa a filho de Ulisses e Calipso recolhido por um pastor e depois devolvido ao palácio real; atente-se em que a ficção é montada sobre o nome de *Scalabis*, nome primitivo de Santarém antes de à cidade se haver colado o culto de Santa Iria / Irene, pelo séc. IX.

mar o antigo nome de *Scalabis* ao de *Abydis* e transferir o antigo herói de Lisboa para a cidade de Santarém e fazer dele seu epónimo, assumindo que na origem se tratava de um topónimo formado por *Esca Abydis*, lembrando que ali fora alimentado o filho de Calipso.

Quanto à inserção do texto em comunidade textual do *Passionarium Hispanicum* em pleno séc. XII, quando pareceria que, com as reformas de rito e a mudança de livros litúrgicos, se havia perdido a memória tradicional, os problemas são de outra ordem e sinto-me até obrigado a rever trabalho anterior<sup>37</sup>: de facto, só tardiamente me dei conta de que o *Passionarium Hispanicum* influenciou o prólogo da *Vita Tellonis* que Pedro Alfarde escreveu e inseriu como memória do fundador do Mosteiro de Santa Cruz no chamado Livro Santo; efectivamente esse prólogo reflecte a redacção da *Passio Pelagii* (PH, nº 24) e da *Passio Servandi et Germani* (PH nº 15) quando parecia que se tratava de elaboração própria do autor da *Vita Tellonis* – em futura edição não deixarei de assinalar as dependências que aí se documentam e evitarei rodeios e meandros para explicar o que primeiramente me causou dificuldades de entendimento.

Julgo não me ter equivocado ao associar o exemplar do *Passionarium Hispanicum* que pertence ao Fundo de Lorvão, ainda salvaguardado na Torre do Tombo, com o designado *Liber Commicus*<sup>38</sup>, que está testemunhado também em exemplar único num outro fundo português (Porto, Santa Cruz 4) e que está datado de 1139: tanto quanto me é dado deduzir de traços e cores de iluminura, parece-me terem pertencido ambos à instituição que, no tempo, continuava a porfiar em manter tradições hispânicas e por isso procedia à cópia de livros necessários para a liturgia hispânica que fora proscrita pelas reformas inspiradas por Cluni e instauradoras da uniformidade de rito galo-romano, em acções iniciadas por 1080, com o tantas vezes comentado concílio hispânico de Burgos<sup>39</sup>.

<sup>37</sup> *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: Vida de D. Telo; Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure* – ed. crítica, tradução, introdução e notas de comentário, Lisboa, Ed. Colibri, 1998.

<sup>38</sup> Na designação de Julião de Toledo, era o *Liber Commicus* [encontra-se o termo numa doação do ano de 959; cf. M. C. Díaz y Díaz, *Códices visigóticos en la monarquía leonesa*, León, 1983, p. 167], para o nome, cf. Spurgeon Baldwin, "On the meaning of the term 'Liber Commicus'", *Traditio*, 39, 1983, 439-443. Tinha certamente a função de *Leccionário* na liturgia hispânica, mas a sua designação específica deve ser respeitada; a origem do nome deriva dos passos (pericopas) extraídos dos livros bíblicos, marcados com "comas" nos exemplares que serviam directamente na liturgia. A designação não é dado menor se atendermos à importância da tradição que representa; se a versão bíblica hispânica está ali atestada, as lições escolhidas remetem para o universo da liturgia hispânica que não se confunde com outras. Atenda-se também a que, em contraste com a liturgia romano-galicana, a liturgia hispânica tinha uma grande diversidade de livros: cf. Gabriel Ramis, "Hispanic Liturgy", in Anscar J. Chupungo (ed.), *Handbook for liturgical studies*, Minnesota, Colledgeville, 1997, pp. 321-327.

<sup>39</sup> Recorde-se que em 1080, o concílio de Burgos impõe a abolição do rito hispânico. A chegada de Bernardo de Sédirac ao mosteiro de Sahagún representa uma intervenção decisiva nas orientações de reforma; a sua acção tornar-se-á decisiva a partir da sua transferência para o cargo de arcebispo de Toledo, em que empreende a uniformização de leis canónicas, logo que vê reforçados os poderes como legado apostólico para toda a Hispânia, procurando com isso influenciar a política eclesial peninsular, na qualidade de primaz com o reconhecimento mais ou menos aceite por parte dos demais pretados e metrópolis: nem por isso conseguiu suprimir na sua própria diocese o rito tradicional hispânico (vulgarmente denominado moçárel), pois teve de ceder perante usos locais. Cf. Carlos de Ayala Martínez, *Sacerdocio y reino en la España altomedieval: Iglesia y poder político en el Occidente peninsular, siglos VII-XII*, Salamanca, 2008, pp. 318-332; Alfonso Sánchez Candeira, *Castilla y León en siglo XI: estudio del reinado de Fernando I*, Madrid, Real Academia de la Historia, 1999, pp. 232 ss.

É óbvio que uma árvore não consente imaginar a floresta, mas a verdade é que seria estultícia passá-la à frente só porque não corresponde inteiramente às outras; por outro lado, a ciência deve integrar os dados singulares que se vão apresentando e não os deixar de lado porque põem em causa um esquema de compreensão. Em Codicologia, a singularidade tem um valor que deve ser aproveitado sempre que não se trate de dado aleatório; no caso mencionado, as semelhanças de cores e de desenho que caracterizam os dois códices referidos, o *Liber Commicus* e o *Passionarium Hispanicum*, parecem-me aproximá-los como “membros de uma mesma família” (para me servir de expressão conhecida, cuja autoria pertence a Marie-Thérèse D’Alverny) e obrigam a deter neles a atenção. A árvore, no caso, é um códice e a floresta a biblioteca de que faz parte com o que ela significa num mundo de relações.

\*

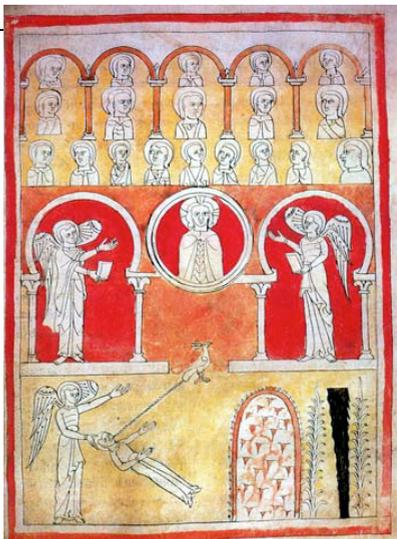
**7. Tradições e continuidades: o scriptorium de Lorzão.** Dos códices anteriores aos tempos da comunidade feminina cisterciense no antigo mosteiro de Lorzão restam poucos testemunhos. Não é aqui ocasião para analisarmos cada um dos que provêm da antiga biblioteca lorvanense. Temos hoje dados mais seguros para reconhecermos que essa biblioteca era representativa de antigas tradições hispânicas. Sintetizando, interessa acentuar os aspectos que a análise nos permite admitir:

1) Ao longo do séc. XII, o mosteiro de Lorzão que serve a sua biblioteca.

2) Essa biblioteca apresenta códices que revelam uma comunidade monástica bem caracterizada:

a) Revela traços de uma tradição hispânica documentada no que respeita aos livros litúrgicos (certamente o *Passionarium Hispanicum* e possivelmente o *Liber Commicus*<sup>40</sup>, com nura similares, situados sobre 1140).

<sup>40</sup> A pertença do *Liber Commicus* a Santa Cruz de Coimbra, com a datação de 1139, é tanto menos verosímil quanto em 1135, havia sido concedida a protecção papal ao mosteiro na audiência que D. João Peculiar com D. Telo e o diácono Domingos haviam tido em Pisa com o Papa Inocêncio II e havia sido encaminhados para o mosteiro de S. Rufo: “por este meio Santa Cruz foi levada mais para dentro da órbita da Igreja romana e se começou nova organização do sistema conventual português” – acentua Carl Erdmann, *O papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa*, Coimbra, 1935, p. 39.



b) Recolhe também (ou aceita) textos de tradição recente: exemplo claro são os textos que correspondem a *Vita et Miracula Sancti Thomae Cantuariensis*, mas poderemos estender a mesma observação ao *De avibus* de Hugo de Folieto, premonstratense, prior de Saint-Laurent-au-Bois (1152-1174), pois aquela obra se encontra em Lorzão na data de 1183.

c) Emprsta códices a outras bibliotecas: o códice com os textos referentes a Tomás Becket foi emprestado por Lorzão a Alcobaça que o transcreveu (sem a *epistula*); possivelmente, este códice aí ficou, sem regressar à origem porque, entretanto, deve ter sobrevivido a extinção da comunidade monástica tradicional de Lorzão.

d) Santa Cruz de Coimbra beneficiou provavelmente também de contactos com Lorzão e aproveitou também os *Miracula Sancti Thomae* (ms Porto, Santa Cruz, 60).

3) A década de 1180 foi um período particularmente activo no *scriptorium* de Lorzão: o *Liber Avium* está datado de 1183; o *Comentário de Agostinho aos Salmos*, datado de 1184; o *Comentário de Beato ao Apocalipse*, com a data de 1189 não é pouco significativo pelo que representa na continuidade de uma tradição que se renova na escrita, mas permanece na fidelidade ao modelo iconográfico.

4) Lorzão não parece estar tão isolado como às vezes se tem pretendido alegar: possivelmente tem contactos com entidades superiores; mantém certamente contactos com outras comunidades monásticas, pois possui textos cujos testemunhos só podem ser explicados por esses contactos.

5) Havemos de considerar que Lorzão em meados do séc. XII providencia a cópia de manuscritos litúrgicos da liturgia hispânica, pelo que a eliminação dos usos dessa liturgia se há-de considerar posterior; ao *Passionarium Hispanicum*, efectivamente, remonta claramente o prefácio da *Vita Tellonis* da autoria de Pedro Alfarde, cónego regrante do mosteiro de Santa Cruz (a concluir também aqui que a substituição das fontes litúrgicas se fez mais tarde do que por vezes se tem dito e em âmbito mais alargado do que se poderia imaginar).

6) Lorzão está em relações com personalidades e instituições das quais recebe textos: embora não tenhamos informações relativas a visita feita pelo cardeal Jacinto a Lorzão, os textos relacionados com Tomás de Cantuária vêm com toda a probabilidade do seu círculo (haverá que tirar as conclusões que daí decorrem); a partir desta perspectiva, haverá tam-

bém que retomar outros casos como o do *Livro das Aves e o Apocalipse*: o isolamento de Lorvão não era tão grande como se supôs e a resistência dos seus monges levava-os a entregar-se à renovação da sua biblioteca.

\*

**8. Filologia e Codicologia: inter-relação indispensável para entender a integração do texto em comunidade cultural.** Enfim, por entre hesitações e mediante relacionamento de testemunhos (completos ou fragmentários), terão ficado patentes os avatares e os condicionamentos da investigação codicológica: não se improvisa, porque aposta na singularidade; esta, porém, só é significativa quando integrada. Os historiadores têm procurado mais documentos que indícios; os arqueólogos, de há muito, se debruçaram sobre os materiais para reconstruir a vida dos homens. Em anos passados, chegou a definir-se Codicologia como “arqueologia do livro”<sup>41</sup>: nesse momento, estava-se ainda ao nível da descrição e só a pouco e pouco se chegou ao nível instrumental para julgar da funcionalidade para a leitura e para perspectivar a sua integração cultural. Por trás de um livro há que supor um projecto e este só nasce se houver envolvimento de uma comunidade textual. A esse nível teremos de nos situar, para fazer articulação entre Filologia e Codicologia: o livro não é apenas objecto, mas é instrumento de texto; o texto inscrito no livro não é mera mancha de escrita, pois tem uma formalização – destina-se à leitura; esta, por sua vez, é recuperação de texto; ela é tanto mais operativa quanto a marcação do texto (na empaginação, na distribuição de capítulos e parágrafos, no estabelecimento de separadores e na utilização de elemento de referência) for explícita e intuitiva.

A análise codicológica observa, sistematiza, interpreta, procura integrar e reconhecer na funcionalidade de significado, de origem ou de uso. Parte da singularidade e procura encontrar sinais solidários ou comuns que sirvam para associar o que anda disperso; aproveita os traços distintivos e procura perceber a qualidade da própria instituição que projecta, executa e integra o livro na vida da comunidade textual a que pertence. Os elementos aparecem frequentemente em estado indiferenciado e sem forma declarativa: habitualmente, só o cólofon esclarece sobre o manuscrito, mas só parcialmente responde às questões que hoje temos de declarar. O códice pressupõe um saber técnico que adequa o instrumento à leitura do texto e à sua integração na cultura (religiosa e intelectual)

<sup>41</sup> O primeiro a utilizar semelhante concepção foi François Masai, nos anos 50 do século passado; outros se lhe referiram ao longo do percurso da nova ciência, mas outras perspectivas se abriam. Não há que negar-lhe valor operativo, ainda que postulamos maior âmbito.

de um grupo. A análise deve aproximar-nos de uma resposta, em forma coerente, que evite contradições e alargue horizontes, ainda que apenas sob forma de hipóteses. O livro é um instrumento inteligente e empenhadamente cultural – na sua singularidade e na sua integração em conjunto orgânico. O seu conhecimento nunca é definitivo porque é dinâmico; a convergência de muitos saberes alarga interesses: deles todos dependemos.

**U. PORTO**

<http://formacaocontinua.up.pt>  
<http://www.up.pt> → Estudar na U.Porto → U.Verão

email: [educacao.continua@reit.up.pt](mailto:educacao.continua@reit.up.pt)